



Internacionalização e a Necessidade de Auditoria da Dívida Pública.

Maria Eulália Alvarenga

"Simpósio Internacionalização - Minas Gerais"
Centro Universitário Newton Paiva

Belo Horizonte, 09 de abril de 2013

AUDITORIA DA DÍVIDA

AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA – apuração dos compromissos assumidos pelo setor público (incluindo dívida privada garantida pelo Estado) perante credores residentes e não-residentes.

TIPOS:

1 - Dívida legítima: Compromissos assumidos pelo setor público nos termos da lei, em igualdade de circunstâncias entre devedor e credor, e em benefício (subjetivo/objetivo) do interesse geral;

2 - Dívida ilegítima: Compromissos assumidos pelo setor público nos termos da lei, mas sem que se verifique a situação de igualdade de circunstâncias entre devedor e credor, e/ou em prejuízo (subjetivo/objetivo) do interesse geral; as finanças públicas);

AUDITORIA DA DÍVIDA

TIPOS:

- 3 - Dívida ilegal:** Compromissos contraídos pelo setor público em violação do ordenamento jurídico aplicável. Ex.: anatocismo;
- 4 - Dívida odiosa:** Compromissos contraídos por regimes autoritários em prejuízo claro dos interesses dos seus cidadãos;
- 5 -Dívida insustentável:** Compromissos assumidos pelo setor público cujo pagamento é incompatível com o crescimento e criação de emprego (o volume de encargos com dívida e juros respectivos asfixia as finanças públicas).

CONJUNTURA GLOBAL

Crise

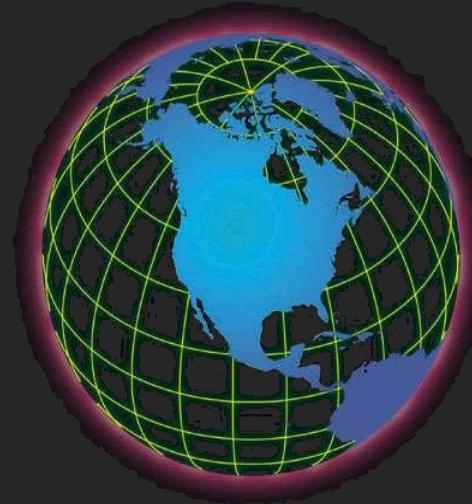
financeira

social

alimentar

ambiental

Crise de Valores



Exacerbado poder do “mercado” e da grande mídia
“...incrível massa retórica enganosa e desinformação.”

**ESGOTAMENTO DO MODELO DE ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA**

CONJUNTURA GLOBAL

Crise financeira mundial



Causas:

Desregulamentação do mercado financeiro

Derivativos sem lastro

Ativos “Tóxicos”

Efeitos:

Grandes bancos internacionais em risco de quebra

Bad Banks e Mercado Bancário Paralelo

EUA e Europa se endividam para salvar setor bancário

Expansão da crise para outros setores

CONJUNTURA GLOBAL

- **Crise gerada pelo Sistema Financeiro**
- **Multiplicação de créditos** – garantiu lucros fabulosos aos especuladores - baseados em ativos podres – créditos hipotecários – Subprime mesclados com créditos de boa qualidade – securitizados, vendidos e multiplicados por toda rede financeira, com aval das agências que avaliam o grau de riscos .
- **Resultado:** A economia real entrou em profunda e prolongada recessão – devido a expansão do crédito e do “efeito riqueza” – incapazes de se sustentarem ao longo do tempo.

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO

CRISE DO CAPITALISMO

- Crise gerada pelo Sistema Financeiro
- Filme Inside Job - “Filme revela como agentes econômicos permitiram que nações quebrassem e gerassem um rombo de US\$ 20 trilhões”
- Quando a base ruiu:
 - queda dos preços dos imóveis;
 - inadimplencia dos mutuários - as instituições viram-se descapitalizadas – tornando-se insolventes.
- Lehman Brothers, Goldman Sacks, City Bank, JP Morgan, Merrill Lynch, AIG (seguradora), etc.

“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia

Dominação financeira e graves consequências sociais

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO

CRISE DO CAPITALISMO

- Crise gerada pelo Sistema Financeiro

Para Salvar o “mercado” de seus desvarios – socializam mais uma vez os prejuízos – enfraquecimento dos Estados

AUDITORIA INÉDITA: Departamento de Contabilidade Governamental dos EUA revelou que US\$ 16 trilhões foram secretamente repassados pelo Banco Central dos Estados Unidos – FED, Federal Reserve Bank - para bancos e corporações

Citigroup: \$2.5 trillion (\$2,500,000,000,000)

Morgan Stanley: \$2.04 trillion (\$2,040,000,000,000)

Merrill Lynch: \$1.949 trillion (\$1,949,000,000,000)

Bank of America: \$1.344 trillion (\$1,344,000,000,000)

Barclays PLC (United Kingdom): \$868 billion (\$868,000,000,000)

Bear Sterns: \$853 billion (\$853,000,000,000)

Goldman Sachs: \$814 billion (\$814,000,000,000)

Royal Bank of Scotland (UK): \$541 billion (\$541,000,000,000)

JP Morgan Chase: \$391 billion (\$391,000,000,000)

Deutsche Bank (Germany): \$354 billion (\$354,000,000,000)

UBS (Switzerland): \$287 billion (\$287,000,000,000)

Credit Suisse (Switzerland): \$262 billion (\$262,000,000,000)

Lehman Brothers: \$183 billion (\$183,000,000,000)

Bank of Scotland (United Kingdom): \$181 billion (\$181,000,000,000)

BNP Paribas (France): \$175 billion (\$175,000,000,000)

JULGADOS CULPADOS: - Standard and Poors y al banco ABN-Amro por haber mentido a los inversores.

“En un histórico fallo de mil quinientas páginas (dos veces más largo que “El Quijote”) emitido en Sydney el lunes 5 de noviembre, la jueza federal australiana Jayne Jagot declaró culpables a la **calificadora de riesgo Standard and Poors y al banco ABN-Amro por haber mentido a los inversores.**

Los engañados fueron **doce municipios de Nueva Gales del Sur** que en 2006 compraron al banco **papeles de inversión denominados “Rembrandt”** a los que Standard and Poors había dado la nota AAA (triple A), reservada para **las inversiones “extremadamente sólidas”**.

La nota del fraude, de 09-11-2012 em:

<http://agendaglobal.redtercermundo.org.uy/2012/11/09/la-nota-del-fraude>

CONJUNTURA GLOBAL

**Crise do Setor Financeiro é transformada em
CRISE DA DÍVIDA**

**Instrumento de endividamento público utilizado como um
sistema de desvio de recursos públicos:**

“Sistema da Dívida”

CONJUNTURA GLOBAL

Diante da **CRISE DA DÍVIDA**



Medidas de austeridade para destinar recursos ao pagamento da dívida:

- Corte de gastos sociais
- Congelamento e redução dos salários
- Demissões
- Reformas da Previdência
- Comprometimento dos Fundos de Pensão

EUROPA: REAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Grandes mobilizações e GREVE GERAL

Conjuntura Atual – EUROPA

Manifestações contra *Troika* (FMI, CE, Governos e Bancos)



Grécia



Irlanda



França



Portugal



Inglaterra



Espanha

REAÇÕES POPULARES – Auditoria Cidadã na Europa

GRÉCIA: Mobilização social e criação de comissão para auditar a dívida pública

IRLÂNDIA: Criada comissão popular de auditoria da dívida

ISLÂNDIA: Referendo eleitoral decide não pagar dívida feita para salvar bancos

- Vídeo: Aconteceu na Islândia : <http://www.youtube.com/watch?v=lNt7zc6ouco>

PORTUGAL: Criada comissão: Iniciativa para Auditoria Cidadã à Dívida – IAC

FRANÇA: Diversos núcleos –cerca de 50 - debatendo a criação de comitês locais para iniciar auditoria cidadã

Debates na Bélgica, Itália, Espanha entre outros

PORTUGAL

O Tribunal Constitucional de Portugal¹ julgou que são inconstitucionais os cortes orçamentários promovidos pelo governo, no exercício de 2013, os quais impunham aos cidadãos e, em especial, aos servidores públicos, uma série de reduções de direitos pecuniários e outros benefícios:

- cortes nos salários e de subsídios a docentes, bolsistas e pesquisadores;
- suspensão de parte de benefícios a aposentados;
- cortes em auxílio doença e no seguro desemprego

1 - Acórdão n.º 187/2013

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20130187.html>

QUAL O PAPEL DA DÍVIDA PÚBLICA?

- Instrumento de financiamento do Estado
- Aportar recursos ao Estado

PAPEL USURPADO

- Instrumento do Poder financeiro que utiliza a dívida pública como um mecanismo de transferência de recursos do setor público para o setor financeiro privado

O QUE BREVE ANÁLISE HISTÓRICA MOSTRA?

Números da Dívida

Em 31/12/2012:

Dívida Externa = US\$ 441.757.289.145,05

441 BILHÕES, 757 MILHÕES, 289 MIL, 145 DÓLARES E 5 CENTAVOS

Dívida Interna = R\$ 2.823.336.278.341,86

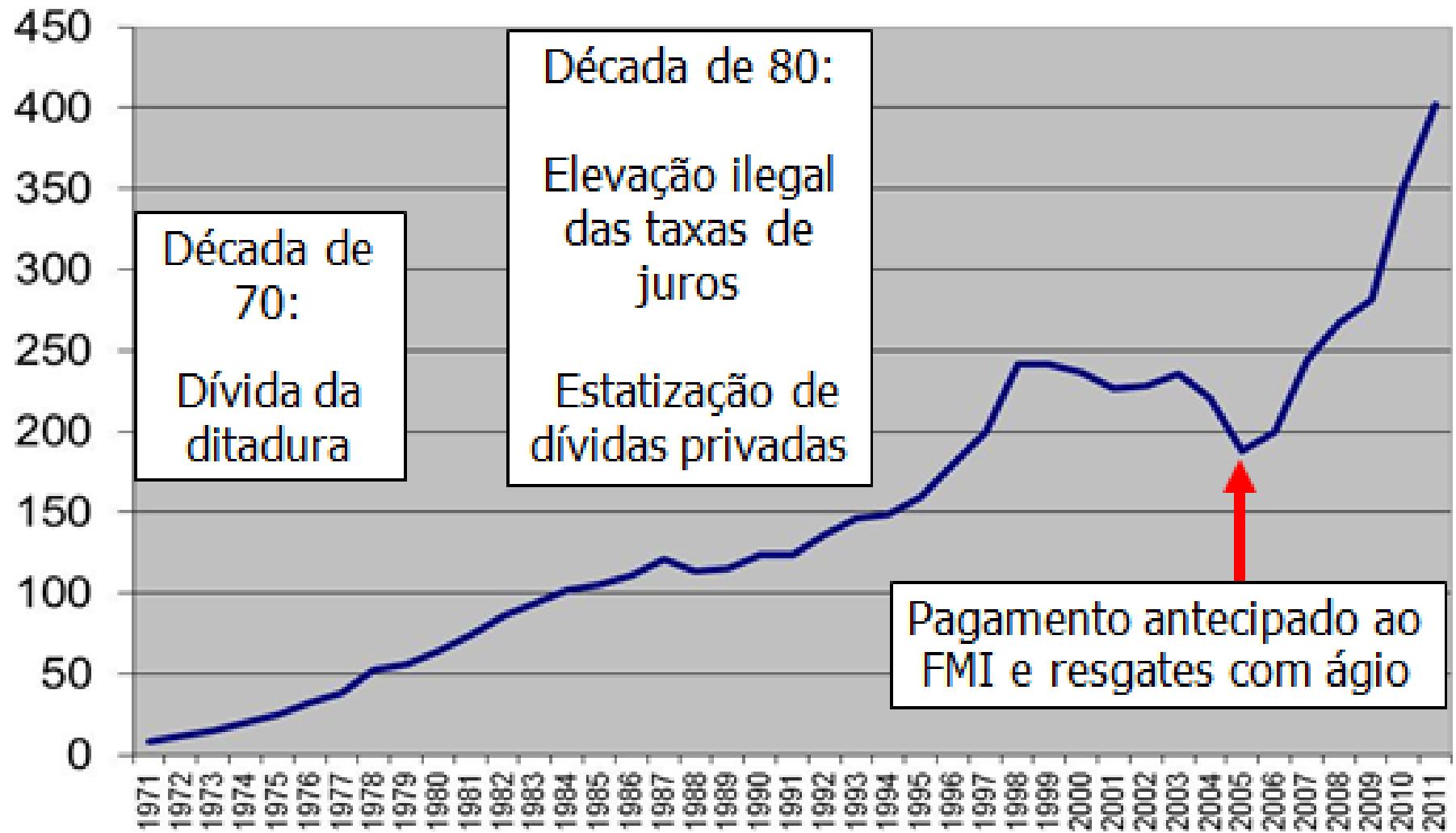
2 TRILHÕES, 823 BILHÕES, 336 MILHÕES, 278 MIL, 341 REAIS E 86 CENTAVOS.

Dívida Brasileira = R\$ 3,7 trilhões (US\$ 2,00)

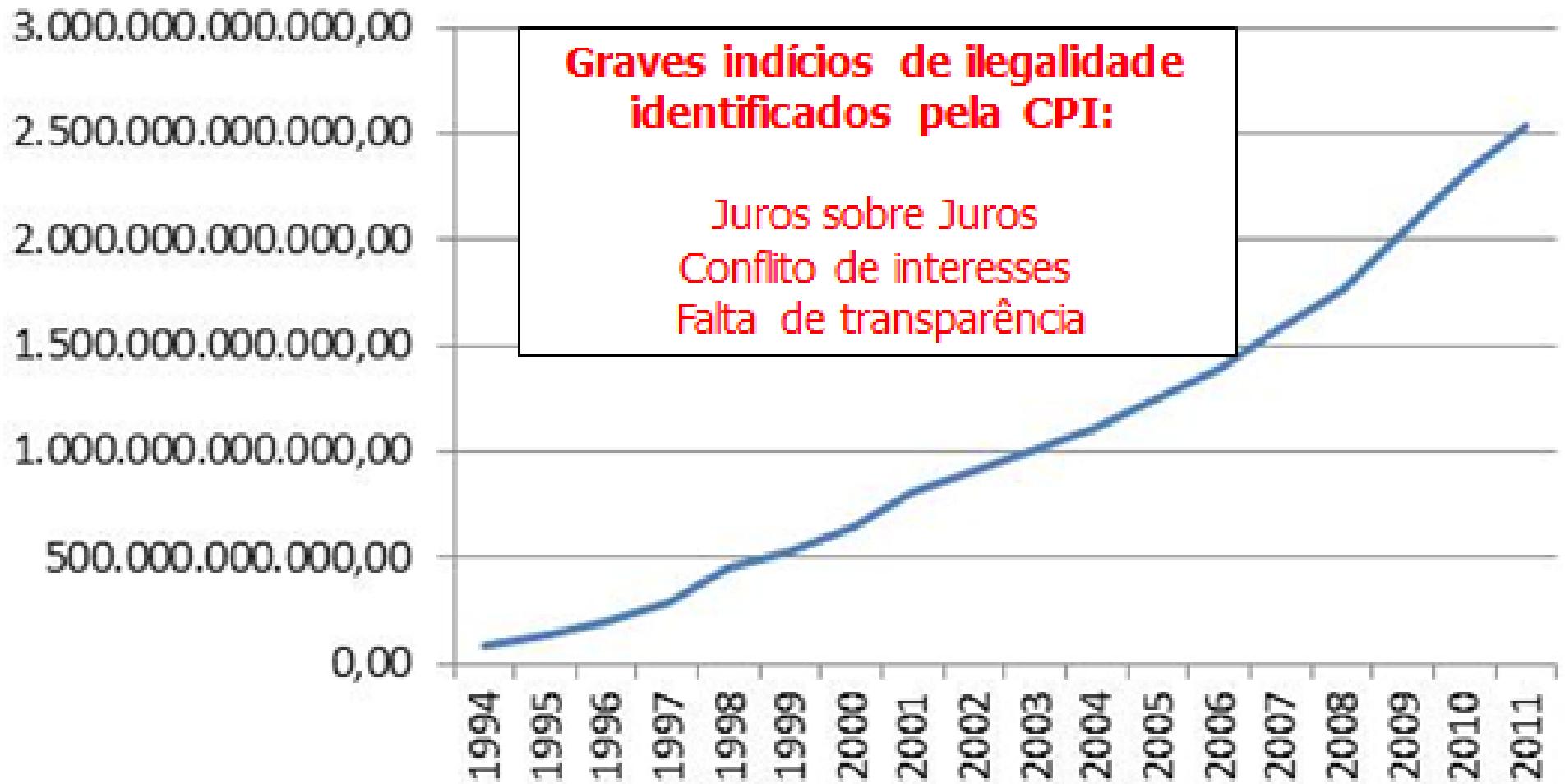
Artifícios utilizados para “aliviar” o peso dos números:

- Dívida “Líquida”
- Juros “reais”
- Atualização contabilizada como se fosse Amortização
- Exclusão da Dívida Externa “Privada”
- Comparação Dívida Líquida/PIB

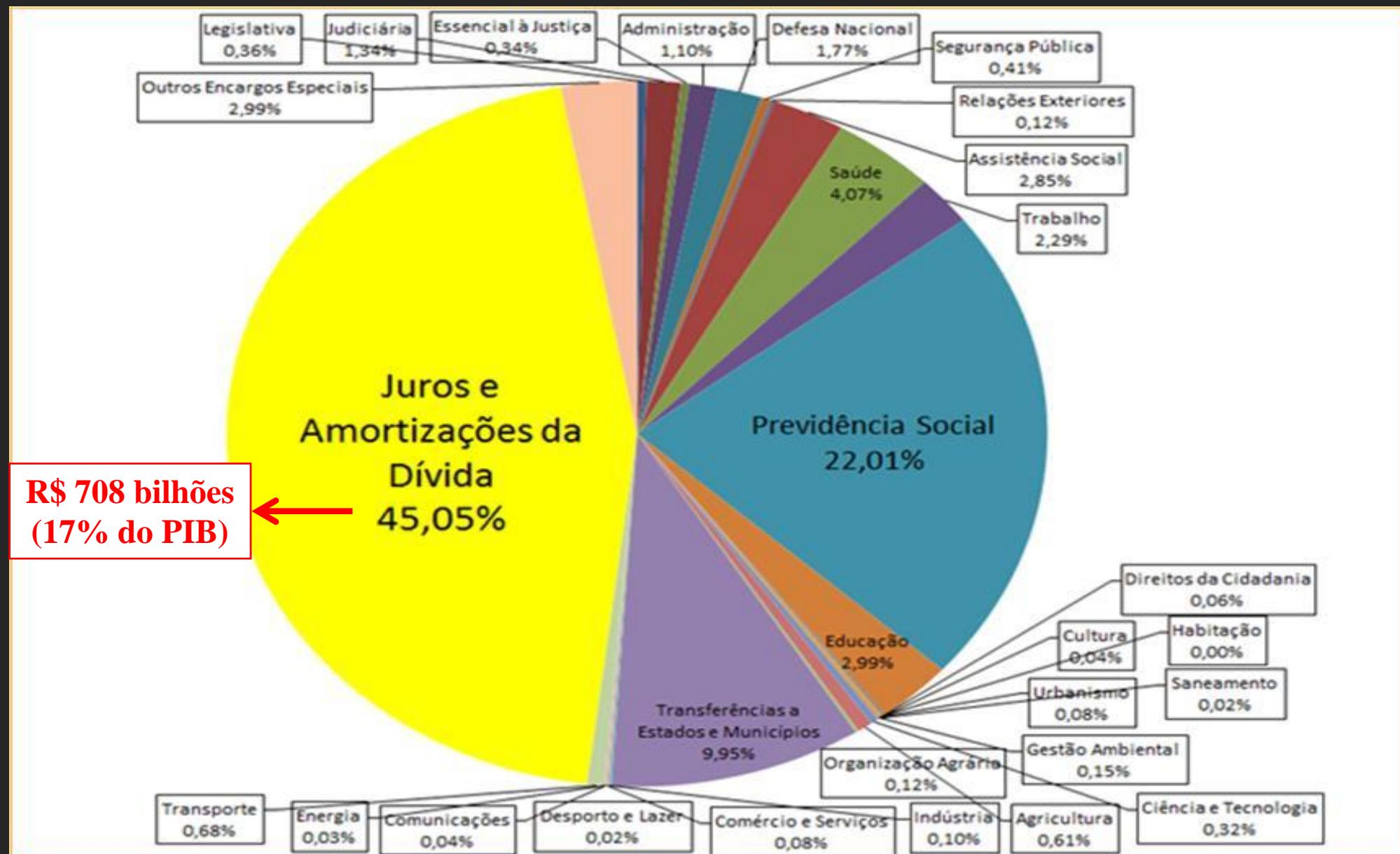
Dívida Externa (US\$ bilhões)



Dívida Interna (R\$)



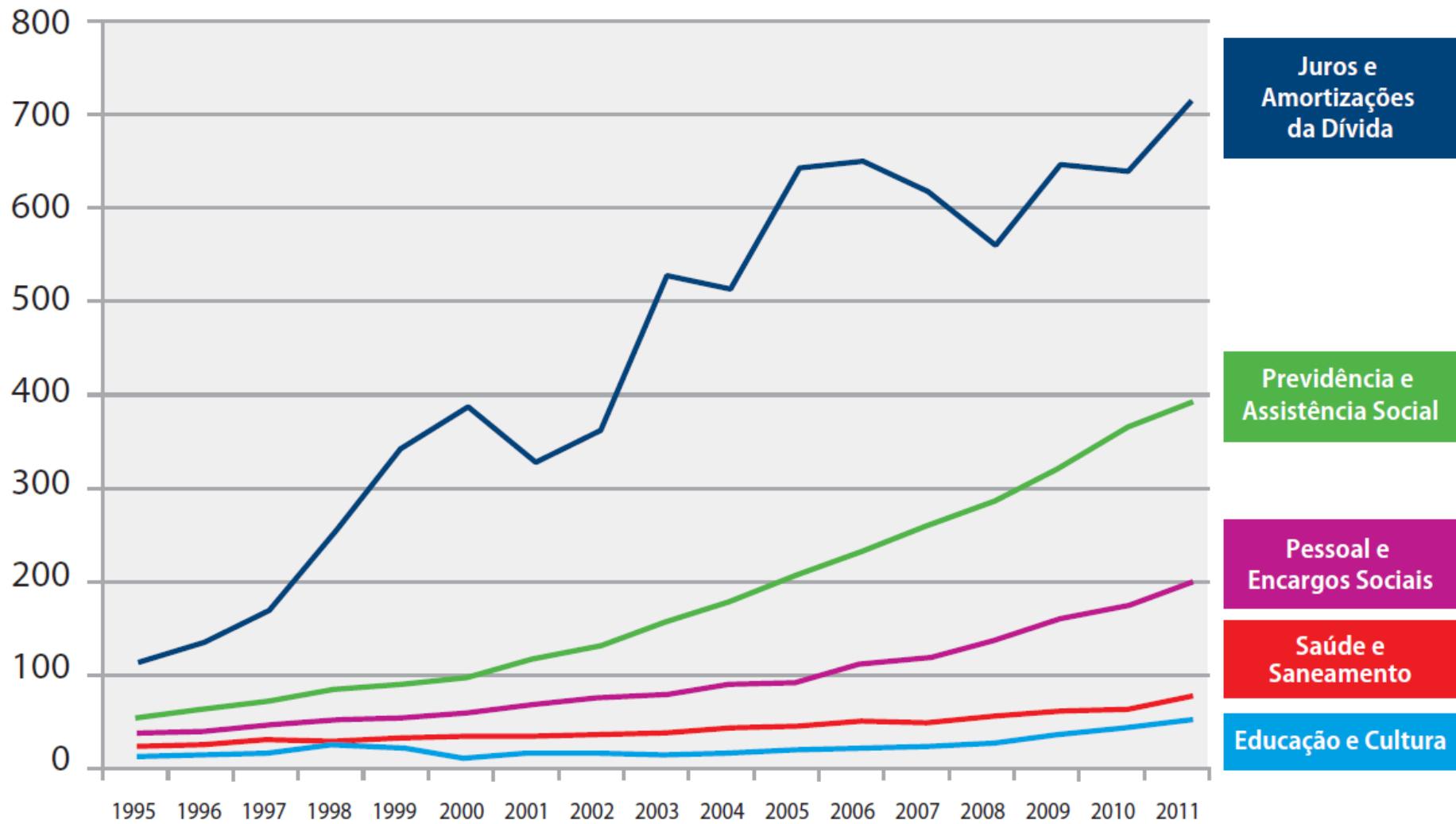
Orçamento Geral da União – Executado em 2011 – Total = R\$ 1,571 trilhão



Nota: Inclui o “refinanciamento” ou “rolagem”

Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/orcamento/bd/exe2010mdb.FME>. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Orçamento Geral da União – Gastos Selecionados (R\$ bilhões)



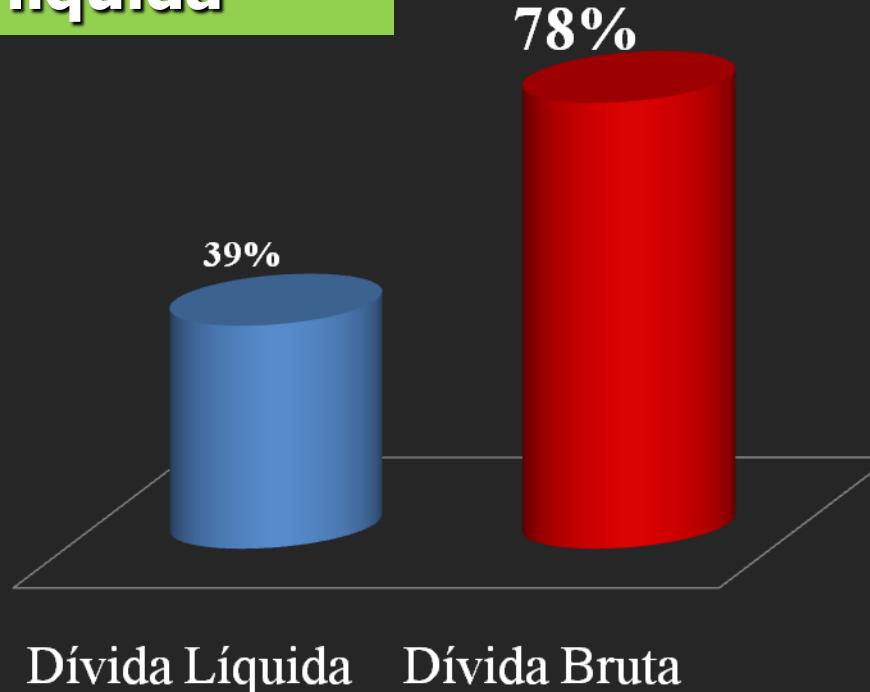
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da Dívida, pois a CPI da Dívida constatou que boa parte dos juros são contabilizados como tal.

OS NÚMEROS DA DÍVIDA

Por que informamos conjuntamente os gastos com juros e amortizações?

Os dados disponibilizados pelo governo sobre os juros “nominais” são calculados sobre a **dívida líquida**

A dívida que pagamos é a **dívida bruta**. É sobre ela que os juros “nominais” que pagamos são calculados.



Dados de 2011

SITUAÇÃO ATUAL – BRASIL

Governo não admite crise da dívida, mas qual a razão para:

Privilégio na destinação recursos para a dívida

Juros mais elevados do mundo

Carga tributária elevada e regressiva

Ausência de retorno em bens e serviços públicos

Contingenciamento de gastos sociais

Congelamento salários setor público

Prioridade para Metas de “Superávit Primário” e “Inflação”

Reformas neoliberais: Previdência, Privatizações

Ausência de controle de capitais

Como opera o “Sistema da Dívida”- Brasil

SUPER ESTRUTURA LEGAL – O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA

Constituição Federal

Dívida para pagar dívida: Exceção no Art. 166, § 3º, II, “b”

Ver “Anatomia de uma Fraude à Constituição”

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

Elaboração parte das Metas de Superávit Primário

Garantia de atualização automática mensal para a dívida

Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000

Limites para gastos públicos

Ausência de limites para o custo da Política Monetária. Transfere ao Tesouro Nacional esse custo quando negativo

OUTRAS FONTES não-tributárias

Lucros das estatais distribuídos ao governo, Privatizações,

Dívidas pagas pelos Estados e Municípios

Desvinculação de recursos específicos de outras áreas (através de MP)

PRIVILÉGIOS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA DÍVIDA

- **Fontes Tributárias**
- **Política de superavit Fiscal**
- **OUTRAS FONTES não-tributárias:**
 - Lucros das estatais distribuídos ao governo (Lei 9.530/1997, Art. 1º)
 - Lucro do Banco Central (Medida Provisória nº 2.179-36/2001, Art. 2º, § 1º e Lei 11.803/2008, Art. 3º)
 - Pagamento da dívida dos estados e municípios com a União (Lei 9.496/1997)
 - Emissão de novos títulos (Lei 10.179/2001)
 - Privatizações (Lei 8.031/1990 e 9.491/1997, Art. 1º)
 - Remuneração da Conta Única do Tesouro pelo Banco Central
- **Desvinculação de recursos específicos de outras áreas (MP 435 e 450)**

“RISCO DE CONTÁGIO” DA CRISE EUROPEIA ATUAL PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: “aumento dos canais de contágio”

- Riscos para o Fundo do Pré-sal

- Fundos de Pensão

- Fundo Soberano

Ambiente adverso à criação de Fundos de Pensão

O grave problema das contas do País não é a Previdência

RISCOS DO FUNDO SOCIAL do PRÉ-SAL

Lei 12.351/2010

Art. 47. É criado o Fundo Social - FS (...) com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento: I - da educação; II - da cultura; III - do esporte; IV - da saúde pública; V - da ciência e tecnologia; VI - do meio ambiente; e VII - de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Recursos serão aplicados no exterior:

Art. 50. Parágrafo único. Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior (...)

Somente os rendimentos das aplicações para o Social:

Art. 51. Os recursos do FS para aplicação nos programas e projetos a que se refere o art. 47 deverão ser os resultantes do retorno sobre o capital.

PARADOXO BRASIL

6^a Economia Mundial

3^a Pior distribuição de renda do mundo

**84º no ranking de respeito aos Direitos
Humanos - IDH**

POR QUÊ?

**A DEPENDENCIA ECONÔMICA GERADA PELO PROCESSO DE
ENDIVIDAMENTO É O NÓ QUE AMARRA O BRASIL**

Queda da Taxa “Selic” não significa menos gastos com a dívida

- Até 31/10/2012, se gastou com a dívida o mesmo montante de todo o ano de 2011.
- Em setembro/2012, apenas 22,79% do estoque da Dívida Interna sob responsabilidade do Tesouro estavam indexados à Selic.
- O custo médio da dívida interna em setembro estava em 11,38% ao ano, muito mais que a Taxa Selic (7,25%).
- Exatamente quando o governo anuncia que a Taxa de Juros Selic está em queda, o Tesouro Nacional passa a emitir títulos da dívida pré-fixados, com taxas de juros bem maiores que a Selic.
- Nos 9 primeiros meses de 2012, apenas 2,6% do valor dos títulos emitidos foram indexados à Selic.

A RECENTE QUEDA DA TAXA SELIC

Dia 19/04/2012: Selic reduzida a 9% a.a., mas títulos foram vendidos a 10,78% a.a. pelo Tesouro Nacional



INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM A CODIP E COM O DEMAB DEALERS

Período de Avaliação: 10/02/2012 a 31/07/2012

BCO BRADESCO S A

BCO BTG PACTUAL S A

BCO CITIBANK S A

BCO DO BRASIL S A/MERCADO

BCO J P MORGAN S A

BCO SANTANDER (BRASIL) S A

BCO VOTORANTIM S A

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MERCADO

CM CAPITAL MARKETS CCTVM LTDA

HSBC BANK BRASIL S A - BANCO MULTIPLO

ITAU UNIBANCO S A

RENASCENCA DTVM LTDA/BRAD

Referência Legal:

Decisão-Conjunta 18, de 10/02/2010, Ato Normativo Conjunto 26 de 08/02/2012 e Ato Normativo Conjunto 27 de 08/02/2012.

Suposta “queda drástica” nos juros não significa redução drástica nos lucros dos bancos

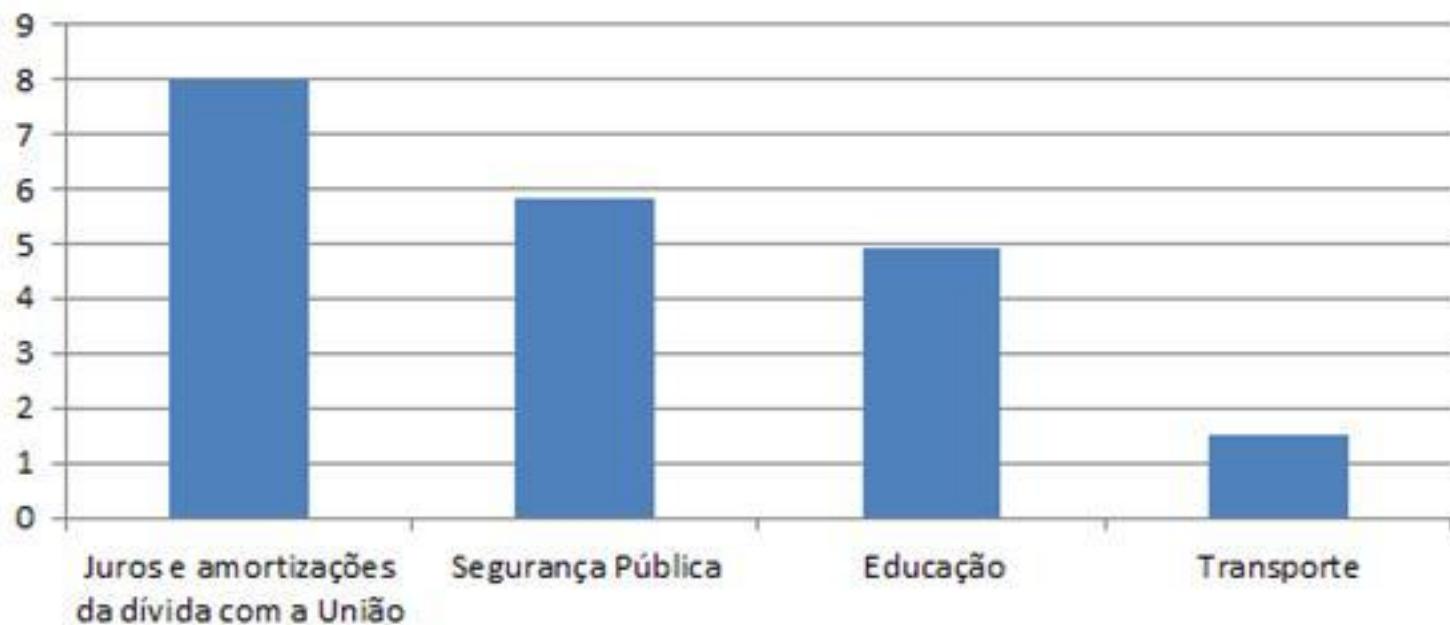
Banco	Lucro – jan a set 2011 (R\$ bilhões)	Lucro – Jan a set 2012 (R\$ bilhões)
Itaú-Unibanco	10,9	10,1
Bradesco	8,4	8,6
Banco do Brasil	8,6	8,3
CEF	3,5	4,2
Santander	5,9	4,6
TOTAL	37,3	35,8

Dívida dos Estados

- “Sistema da Dívida”
- Endividamento sem contrapartida
- Mecanismos financeiros exaurem recursos públicos
- Justificativa para:
 - Privatizações do patrimônio dos estados
 - Assunção de dívidas de bancos – PROES
- Fraudes
- SACRIFÍCIO SOCIAL

DÍVIDA DE MG CONSUME MAIS RECURSOS QUE AS ÁREAS DE SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E TRANSPORTE

Orçamento do Governo de Minas Gerais - 2010 -
áreas selecionadas (R\$ bilhões)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municípios/sistn.asp

Nota: o gasto com juros e amortizações foi calculado considerando também o montante de juros que não foram pagos pelo Estado, e se incorporaram ao montante da dívida. Tomou-se a dívida ao final de 2009, e aplicou-se o IGP-DI + 7,5%

É preciso considerar também, como custo da dívida, o montante de juros que não consegue ser pago pelo Estado e se incorpora ao montante da dívida.

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da Constituição

CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do
Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

Concluída em 11 de maio de 2010

Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública

Momento atual: investigações do Ministério Público

**NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL PARA EXIGIR A COMPLETA INVESTIGAÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA E A AUDITORIA PREVISTA NA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

CPI da Dívida: Articulação e participação social





IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EQUATORIANA

- ✓ LIÇÃO DE SOBERANIA e respeito ao povo que paga a conta do endividamento e tem o direito de saber o que está pagando.
- ✓ AUDITORIA que possibilitou que as ilegitimidades venham à luz e sejam devidamente documentadas. Passo de preparação e respaldo para ações concretas em relação à Dívida Externa Multilateral, Bilateral, Comercial e à Dívida Interna.
- ✓ PROVA DA VIABILIDADE POLÍTICA DA AUDITORIA, enquanto que muitos países sequer discutem o tema, com medo do “Risco-país”
 - Oportunidade de passar do discurso contra a dívida para ações em busca de provas das ilegitimidades e ilegalidades, respaldadas em documentos oficiais.

EQUADOR – Lição de Soberania

Comissão de Auditoria Oficial criada por Decreto em 2009

- Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030
- 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais
- Economia de US\$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos
- Aumento gastos sociais, principalmente Saúde e Educação

PROPOSTA PARA A AMÉRICA LATINA

Nova Arquitetura Financeira Regional - NAFR

Uma resposta histórica à dependencia e uma resposta urgente a crise internacional.

- Acordo básico NAFR - assinado em Quito, 03-5-2007, por representantes de Venezuela, Argentina, Bolivia, Equador, Brasil e Paraguai — alternativa de desenvolvimento e ao FMI.

PROPOSTAS PARA A AMÉRICA LATINA

A NAFR parte de três características básicas ligadas a elementos que são cruciais para sair da crise:

- Primeiro: deve fundamentar-se em uma institucionalidade democrática;
- Segundo: deve incorporar o financiamento sustentável e eficiente, transparente, com controle de resultados permanente em todos os países membros;

PROPOSTAS PARA A AMÉRICA LATINA

Terceiro: o desenho da NAFR está concebido para conter, pelo menos, tres eixos fundamentais.

Os principais de 1 a 3:

1 - o banco do sul - a criação do Banco do Sul como alternativa de integração financeira regional;;

2 – fundo do sul;

3 - moeda fiduciária regional - SUCRE - Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos;

4 - banco de desenvolvimento de um novo tipo;

5 - rede de bancos centrais;

6 - sistema de compensação de pagamentos.

PROPOSTA PARA A AMÉRICA LATINA

A integração latinoamericana, agora mais que em qualquer época se faz necessária, tanto para proteger os países da região da transferência da crise para o terceiro mundo sendo necessária uma articulação concreta e também viabilizar o controle e a tributação sobre o fluxo de capitais como alternativa à crise como forma de garantir aos países segurança necessária para implementação de políticas de redução das taxas de juros, gastos com a dívida pública e proteção da indústria nacional - combate aos paraísos fiscais

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

CONHECIMENTO DA REALIDADE

MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇOES CONCRETAS

- Auditoria da Dívida Pública para desmascarar o “Sistema da Dívida” e democratizar o conhecimento da realidade financeira;
- Investigações pelo Ministério Público;
- Rever a política monetária e fiscal para garantir distribuição da renda e justiça social;
- Atender Direitos Humanos;
- TRANSPARÊNCIA e acesso à VERDADE.

DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou?

Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?



Somente a AUDITORIA responderá essas questões

A DÍVIDA PÚBLICA EM DEBATE:

Saiba o que ela tem a ver com a sua vida



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Capítulos:

- O Brasil é um dos países mais ricos do mundo
 - Desigualdade social e desrespeito aos direitos humanos no Brasil
 - Modelo Econômico equivocado e injustiça social
 - A dívida pública brasileira
 - Dívida Externa
 - Dívida Interna
 - Dívida dos Estados
 - O Sistema da Dívida
 - Auditoria
 - Iniciativas Internacionais da Auditoria da Dívida
 - Crise da Dívida na Europa e EUA
 - Precisamos reforçar essa luta
- Participe!

**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**



Muito obrigada

Maria Eulália Alvarenga

www.auditoriacidada.org.br

eulaliaalvarenga@hotmail.com